

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 18.719.2014-90  
ENTIDADE: Câmara Municipal  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, exercício de 2013.  
RESPONSÁVEL: Mastroianne Furtado de Souza . Presidente  
PROCURADOR: -  
RELATOR: Cons. José Augusto Araújo de Faria

## ACÓRDÃO Nº 9.999/2016

### PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal. **Irregularidade**, aprovada à unanimidade. **Por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, **pela não devolução** do valor de R\$ 229.527,60, pelo Presidente da Câmara à época. Aplicação de **multa Sanção** ao Presidente da Câmara e à Contadora. Encaminhamento da decisão ao Conselho Regional de Contabilidade. **Arquivamento** do Processo.

**1) Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator, **pela irregularidade** da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **Mastroianne Furtado de Souza - Presidente à época**, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso III, alíneas ~~%a e %b~~, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e injustificado dano no erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

**2) Decidiu-se ainda, por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, **pela não devolução** aos cofres públicos da quantia de **R\$ 229.527,60** (duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), pelo Senhor **Mastroianne Furtado de Souza** Presidente da Câmara à época. **Vencido em parte**, o Conselheiro-Relator que votou pela condenação do Senhor Mastroiane Furtado de Souza . Presidente da Câmara, a devolver aos cofres públicos da quantia de **R\$ 229.527,60** (duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), nos termos do art. 54,

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

caput, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face do uso do art. 3º, inciso II, da Lei Municipal nº 332/2012;

**3) Pela aplicação da multa sanção, no valor de R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93, ao Senhor **Mastroianne Furtado de Souza** . Presidente da Câmara à época, em razão dos fatos noticiados no Relatório Técnico da DAFO e no Parecer Ministerial, por constituírem graves infrações às normas legais e de regência;

**4) Pela aplicação da multa sanção, no valor de R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93, à Senhora **Valéria Diniz da Silva** . Contadora, em razão dos fatos noticiados no Relatório Técnico da DAFO e no Parecer Ministerial, quanto:

- a) Ao registro incorreto dos restos a pagar processados** no Balanço Patrimonial, com lançamento em duplicidade no passivo (fls. 29, 67/68 e 108), sendo com  **sinal positivo**  e outro com  **sinal negativo** , gerando anulação do registro e a inconsistência com a DVP;
- b) Erro no somatório das Variações Ativas da DVP** (fls. 30, 70 e 108), com reflexo na inconsistência do Resultado Patrimonial, que ficou superestimado;
- c) Não confirmação do saldo financeiro transferido para o exercício seguinte**, vez que o Balanço Financeiro registra  **R\$ 699,44**  enquanto os extratos e conciliações bancárias respectivas apuraram a quantia de  **R\$ 25.142,38. Portanto,**  a diferença a contabilizar é de  **R\$ 24.442,94**  (fls. 66/67 e 107/108).

**5) Pelo encaminhamento** desta decisão ao  **Conselho Regional de Contabilidade** , para conhecimento e as providências que entender adotar, com relação aos erros contábeis cometidos pela Contadora Valéria Diniz da Silva.

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

Rio Branco . Acre, 22 de setembro de 2016.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Fui presente:

**MARIO SERGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador do MPE/TCE/AC